Percurso de formação e plano de estudos

Autor(es): Mioni, Lino

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/42520>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-8584_5_7

Accessed : 26-Apr-2023 16:04:45

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

Estudos Italianos em Portugal

Instituto
Italiano
de Cultura
de Lisboa

Nova Série
Nº 5

CONSERVATÓRIOS E ESCOLAS DE MÚSICA

PERCURSO DE FORMAÇÃO E PLANO DE ESTUDOS

LINO MIONI*

Em Portugal, país cujos contactos culturais com a Itália são conhecidos, o italiano sempre teve um papel muito importante ao nível musical, mas importa frisar que, neste momento, só nos Conservatórios de Música do ensino público é possível estudar italiano em Portugal ao nível do ensino secundário. A língua italiana integrava a estrutura curricular já no projecto inicial para a criação de um Conservatório Nacional em Lisboa, elaborado pelo pianista e compositor português João Domingos Bomtempo¹ em 1834. Nos programas do Conservatório de Música do Porto, publicados no *Diário de Governo*, em 19 de Março de 1919², o italiano aparecia também como disciplina do

* Mestre pela Universidade Nova de Lisboa, com uma tese de linguística comparada luso-italiana, e por The Ohio State University, com uma tese sobre as formas de cortesia em Giraldis Cinzio. Publicou vários artigos e intervenções em congressos. Ensinou italiano no Conservatório de Música de Coimbra, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e em várias universidades norte-americanas. Actualmente lecciona na University of Georgia.

Este texto é um excerto do artigo “Cantar em italiano e imaginar fazê-lo. A pronúncia do italiano para estudantes de canto lírico”, *Imaginação e literatura*, coordenação de Rita Marnoto, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, 2009, pp. 121-136.

¹ Sobre o plano de estudos de João Domingos Bomtempo veja-se Maria José Borges, “Historial”, em <http://www.em-conservatorio-nacional.com/>

² *Diário de Governo*, 1.ª série, n.º 64, de 19 de Março de 1919.

plano de estudos, juntamente com o francês. O curso de Italiano desenvolvia-se em dois anos e é interessante notar como os manuais adoptados consistiam numa gramática italiana publicada em Portugal³ e no volume *Le mie prigioni*, de Silvio Pellico. No plano de estudos do Conservatório Nacional de Lisboa, de 1930⁴, o italiano aparecia como vigésima matéria, sendo a única língua estrangeira considerada. Data de 1932 a publicação do programa de Italiano para o Conservatório Nacional, prevendo a leitura obrigatória de *I promessi sposi*, de Alessandro Manzoni. Desde então, o italiano manteve-se geralmente como curso de dois anos, inclusive na *Experiência pedagógica* de 1971, nome pelo qual ficou conhecida a tentativa de reorganização do ensino da música em Portugal.

Até 1983, o percurso de formação nos Conservatórios de Música compreendia uma vertente liceal e uma vertente de formação universitária. Em 1983, as coisas mudam de forma definitiva para os Conservatórios em Portugal. O Decreto-lei 310/83⁵, de 1 de Julho do mesmo ano, reorganiza o ensino artístico em Portugal e continua em vigor no presente. Este decreto estabelece simplesmente que:

a) O ensino dos Conservatórios de música se concentre e se limite aos cursos que correspondem ao segundo e terceiro ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, numa vertente vocacional.

b) A preparação profissional ao nível técnico, artístico e de docência seja efectuada nas escolas superiores e/ou em escolas universitárias.

³ Emílio Augusto Vecchi, *Gramática da língua italiana. Aprovada pelo conselho escolar do Conservatório e pelo Conselho Superior de Instrução Pública*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1915.

⁴ Decreto 18 881, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 223, de 25 de Setembro de 1930.

⁵ *Diário da República*, 1.ª série n.º 149, de 1 de Julho de 1983.

O ensino nos Conservatórios prevê, ou deveria prever, que um estudante comesçasse os estudos musicais em correspondência com o quinto ano de escolarização e que os concluísse no décimo segundo ano. As escolas do *ensino vocacional da música* organizam-se assim entre o quinto ano da escolarização normal e o décimo segundo ano. Os cursos ministrados nos Conservatórios dividem-se em:

a) Curso básico, de cinco anos de duração, em que o aluno frequenta cinco horas semanais (instrumento, formação musical e classe de conjunto).

b) Curso complementar, de três anos de duração, em que o aluno frequenta em média⁶ onze horas semanais.

O curso complementar de música – correspondendo ao décimo, décimo primeiro e décimo segundo anos de escolarização – prevê, para além da componente de formação geral e específica, uma componente de formação vocacional. Neste âmbito, o aluno pode escolher entre:

a) O curso complementar de instrumento, com uma ou duas horas semanais (para tal o aluno deverá ter concluído o quinto grau do mesmo instrumento).

b) O curso complementar de formação musical, com 2 horas semanais.

c) O curso complementar de canto.

No mesmo Decreto-lei, estão também previstos os três regimes de frequência para as escolas do *ensino vocacional da música*:

a) O regime integrado: o aluno frequenta numa mesma escola 3 componentes de formação (a geral, a específica e a vocacional).

b) O regime articulado: o aluno frequenta numa escola normal a componente de formação geral, deixando algumas matérias que são substituídas pelas disciplinas frequentadas num Conservatório.

⁶ Digo em média, porque existem diferenças entre os vários regimes de frequência possíveis.

c) O regime supletivo: um percurso formação ligado à área da música, sem ligação alguma com o percurso de escolarização do aluno.

Os planos de estudos dos Conservatórios de Música em Portugal prevêem o italiano enquanto disciplina inserida na componente de formação vocacional do curso complementar de canto. O italiano faz parte, portanto, do plano de estudos dos alunos do curso complementar de canto, mesmo que tenhamos de admitir que existem também alunos de outros instrumentos que se inscrevem nos cursos de italiano.

Os alunos de canto podem, teoricamente, frequentar o curso, optando por um dos três regimes de frequência previstos, sendo que o número de horas varia de acordo com o regime de frequência escolhido: o regime integrado e o articulado prevêem três horas semanais no décimo e no décimo primeiro anos e duas no décimo segundo; o regime supletivo prevê duas horas semanais nos três anos do curso complementar de canto.

Por diversas razões, pelo menos no Conservatório que conheço mais de perto, o Conservatório de Música de Coimbra, todos os alunos frequentam o curso complementar de canto em regime supletivo. Este facto tem um efeito nem sempre positivo. Como estes alunos seguem ao mesmo tempo um outro nível de escolarização (normalmente secundária ou superior), nem sempre conseguem frequentar todas as disciplinas que estão incluídas no seu plano de estudos, situação essa que, ainda por cima, é permitida pelo regime supletivo.

Falemos também dos professores de canto dos Conservatórios. Os que obtiveram um diploma do curso complementar de canto frequentaram dois ou três anos de italiano. Mas se tiverem obtido as suas habilitações para a docência de canto exclusivamente ao nível do ensino superior, poucos, ou raros, são os casos em que terão tido oportunidade de frequentar cursos de italiano. De facto, poucos são os cursos

superiores de canto e de ensino do canto que prevêem nos seus planos de estudo cursos de línguas estrangeiras. De facto, em Portugal existem cursos superiores de canto e de ensino do canto nos quais o italiano, tal como o alemão e o francês, não fazem parte do *curriculum*. Este facto permite que um licenciado em canto via-ensino seja professor de canto lírico sem conhecimentos de italiano, que cante e, talvez pior do que isso, que ensine a cantar o repertório nesta língua. O mesmo é válido para outros idiomas fundamentais no repertório de canto, como o francês e o alemão.

Depois deste *excursus* sobre a história do ensino do italiano nos Conservatórios e sobre o enquadramento curricular do italiano nos Conservatórios de Música em Portugal, vejamos como se organizam os planos de estudo desta disciplina: como referido, no passado, previa-se que os alunos de canto estudassem dois anos de italiano; esta situação manteve-se também na *Experiência Pedagógica* de 1971. Posteriormente ao Decreto-lei 310-83, que reorganiza o ensino da música, em 1984 foram publicadas as linhas gerais para a reorganização dos programas das várias disciplinas, mas relativamente ao italiano nada foi feito. Assim, neste momento, mesmo estando previsto o ensino do italiano nos Conservatórios públicos em Portugal, não existe nenhum programa ministerial relativo a esta disciplina. Por outro lado, cada professor de italiano a exercer funções num Conservatório é obrigado a elaborar um programa e a fazê-lo aprovar pelos órgãos competentes da escola onde presta serviço.

Ao entrar para o Conservatório, um estudante de canto deveria começar desde logo a estudar italiano, sobretudo quando tem de cantar em italiano. Como é compreensível, este desencontro pode criar situações de embaraço. Se com o professor de canto o estudante desenvolve capacidades de respiração e de colocação e emissão da voz, com o professor de italiano, o estudante deveria começar a familiarizar-se com a língua italiana. Quanto à pronúncia, aspecto em

si fundamental, o estudante pode vir a deparar-se com duas orientações: a do professor de canto que procura resultados musicais perfeitos e a do professor de italiano que, relativamente à pronúncia, procura conduzir o aluno a uma pronúncia o mais correcta possível. O problema maior reside no facto de o estudante de canto, ao começar quase desde o início a cantar em italiano⁷, muitas vezes correr o risco de fossilizar alguns erros de pronúncia. Estas fossilizações são por vezes problemáticas, porque ao acontecerem juntamente com a componente musical, a correcção pode também implicar a revisão dos processos de articulação do texto cantado.

Outra tendência, por vezes algo perigosa, mas que se observa em muitos cantores líricos, é a chamada *modificação da vogal*: por modificação da vogal entende-se o acerto tímbrico que por vezes se torna necessário para contornar problemas entre a altura tonal e a projecção da voz. Para se conseguir cantar aquele timbre naquela nota, por vezes é preciso modificá-lo (abri-lo ou fechá-lo dependendo dos casos, para se respeitar o valor tonal e para se manter características acústicas aceitáveis do som produzido). Sem querer entrar em território que não é o meu, defendo que se a modificação da vogal é legítima de um ponto de vista de técnica vocal, é contudo preciso saber muito bem o valor fonético do timbre de partida, para o modificar. Ao procedermos ao contrário, a modificação da vogal transforma-se num processo arbitrário que, ao procurar só os aspectos técnicos, pode prejudicar a compreensão do texto cantado.

Várias são as tendências relativamente ao ensino da pronúncia de uma língua estrangeira. Nos últimos anos, o ensino da pronúncia está a ser bastante revalorizado. Estaremos todos de acordo em afirmar que a pronúncia é uma competência

⁷ Lembremos que, normalmente, o aluno começa por executar peças contidas no método de Nicola Vaccaj, no qual são utilizados textos de Metastasio.

que se desenvolve de forma orgânica, juntamente com as outras competências, mas pessoalmente defendo que, no caso dos alunos de canto, é possível fazer-se um trabalho e um estudo específico da pronúncia, usando os textos do repertório que os alunos conhecem no seu percurso de formação. A experiência de oito anos de ensino do italiano no Conservatório diz-me que é possível ensinar a pronúncia do italiano de modo sistemático e que fazê-lo pode ajudar muito os estudantes.